



PROCESSO	1024024/2019
INTERESSADO	PATRICIA AKEMI NAKANO
ASSUNTO	INTERRUPÇÃO DE REGISTRO PROFISSIONAL
RELATOR	JOÃO ANTONIO SILVA NETO

**DELIBERAÇÃO Nº 299/2020 – (CEP-CAU/MT)**

A **COMISSÃO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL – (CEP-CAU/MT)**, reunida ordinariamente em Cuiabá-MT na sede do CAU/MT, no dia **28 de janeiro de 2020**, no uso das competências que lhe conferem o art. 96 do Regimento Interno do CAU/MT, após análise do assunto em epígrafe, e

Considerando a Resolução CAU/BR nº 167, de 16 de agosto de 2018 que dispõe sobre alterações do registro de profissionais nos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF), e dá outras providências;

Considerando o Protocolo 1024024/2019 do (a) profissional PATRICIA AKEMI NAKANO, que solicitou a interrupção do seu Registro Profissional por tempo indeterminado;

Considerando que atende os requisitos estabelecidos no art. 4º, inciso I ao III da Resolução CAU/BR nº 167, de 16 de agosto de 2018;

Considerando o art. 7º da Resolução CAU/BR nº 167, de 16 de agosto de 2018;

**DELIBEROU:**

1. Pelo deferimento do pedido de Interrupção de Registro Profissional do (a) PATRICIA AKEMI NAKANO, protocolo 1024024/2019;
2. Encaminhar esta deliberação ao setor de Atendimento do CAU/MT.

Com **03 votos favoráveis** dos Conselheiros João Antônio Silva Neto, Alexsandro Reis e Hendyel Castro Reis; **00 votos contrários**; **00 abstenções** e **00 ausências**.

**JOÃO ANTÔNIO SILVA NETO**  
Coordenador

**HENDYEL CASTRO REIS**  
Coordenadora Adjunta

**ALEXSANDRO REIS**  
Membro

<sup>1</sup> “Art. 4º A interrupção do registro é facultada ao profissional que, sem se desligar do CAU, não pretende exercer a profissão por tempo indeterminado, desde que atendidas as seguintes condições:

I – Não ocupar emprego, cargo ou função técnica, no setor público ou privado, para o qual seja exigida formação profissional na área de Arquitetura e Urbanismo ou para cujo concurso público ou processo seletivo tenha sido exigido o registro do profissional no Conselho;

II – Não constar em processo fiscalizatório e/ou ético-disciplinar em tramitação nos CAU/UF ou no CAU/BR; e

III – Não possuir Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) sem a devida baixa no CAU.